

Calmon prega a austeridade

O presidente José Sarney deve seguir a diretriz básica do ex-presidente Tancredo Neves, revelada na primeira reunião ministerial: "É proibido gastar". Essa opinião é do banqueiro e ex-ministro da Indústria e do Comércio, Ângelo Calmon de Sá, externada durante as cerimônias fúnebres no Palácio do Planalto. Para ele, Tancredo deixou um legado que deve ser seguido pelos brasileiros.

Ângelo Calmon disse que chegou a hora do governo pensar em investir na área social, nem que para isso tenha de sacrificar por alguns meses ou anos outros projetos em setores da indústria e do comércio. Ele acha que muitos projetos gigantescos já vão produzir a partir do próximo ano, dando margem para que o Governo desvie os recursos que seriam aplicados em novos investimentos.

O ex-ministro defendeu os banqueiros, afirmando que não são eles os culpados pelos altos índices inflacionários e nem pelas elevadas taxas de juros. Mas, o culpado de tudo é o próprio Governo, que é o gerador da inflação. Por outro lado, Calmon também acusa o setor produtivo de torcer pela sucessiva elevação inflacionária.

Para minimizar o problema,

o banqueiro balanço entende que é preciso tomar medidas certas e pesadas, nem que isso vá desagravar a alguns seguimentos da sociedade. Para isso, é preciso, explicou Calmon, que o Poder Legislativo também participe das decisões. Para ele o Governo só deve lançar mão de elevação de tributos, depois que demonstrar que realmente está contendo os seus gastos.

Quanto aos problemas sociais, Calmon de Sá disse que o Governo sabe muito bem como arranjar recursos para elaborar programas nessas áreas. Primeiro deve ser feito um levantamento para saber quais os setores que devem esperar pelos investimentos. Um projeto sempre leva mais de um ano para ser executado, observou Calmon, por esse motivo seria mais fácil encontrar dinheiro em 1986 para programas como o Plano de Emergência.

Em 1986, o Governo não vai mais pagar o crédito-prêmio do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Como neste ano devem ser gastos mais de Cr\$ 7 trilhões, levando-se em consideração a inflação projetada, calculou o banqueiro, em 86 o Governo terá nada mais do que Cr\$ 18 trilhões disponíveis para os seus programas sociais.